

Realização



Prefeitura do Município
de Itanhaém

Apoio



Seminário Regional

Logística Reversa das

Embalagens

Wladimir António Ribeiro
Santos, 21 de maio de 2015

Síntese da apresentação

1) O papel dos Municípios na gestão de resíduos sólidos

2) Logística reversa

3) Logística reversa de embalagens em geral

3.1) Logística reversa e coleta seletiva

3.2) A regulamentação

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Prefeitura do Município
de Itanhaém

Apoio



O papel do Município

Titular dos serviços públicos de
manejo de resíduos sólidos urbanos e
de limpeza pública;

Autoridade ambiental na gestão dos
resíduos sólidos gerados em seu
território.

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Prefeitura do Município
de Itanhaém

Apoio



O PAPEL DO MUNICÍPIO COMO TITULAR

O serviço público de *manejo de resíduos sólidos urbanos* e o serviço público de *limpeza pública* são dois serviços que integram o conceito de *serviços públicos de saneamento básico*, que são de titularidade do Município.

Saneamento ambiental → Saneamento Básico

Serviços públicos
de saneamento básico

Abastecimento de água potável
Esgotamento sanitário
Manejo de águas pluviais urbanas
Manejo de resíduos sólidos urbanos
Limpeza pública

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



O PAPEL DO MUNICÍPIO COMO TITULAR

- ✓ Dentro de sua autonomia, **é lícito ao Município criar outros serviços públicos de resíduos de sua titularidade**. Seriam, assim, serviços públicos de resíduos sólidos, porém não configurando serviços públicos de saneamento básico.
- ✓ Exemplos: serviço funerário; manejo de resíduos sólidos de serviços de saúde – RSS; manejo de resíduos sólidos da construção civil – RCC etc.

Mas qual
é o
limite?

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio

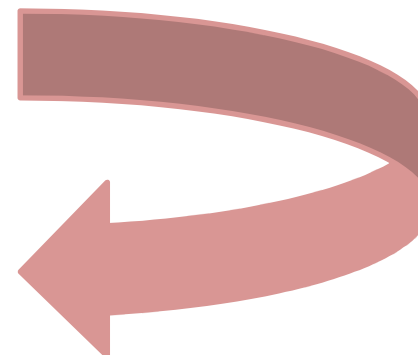


**O limite é a aplicação do
PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR**

Lei 11.445/07 – LNSB

Art. 5º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, **bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.**

LOGÍSTICA REVERSA



Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio

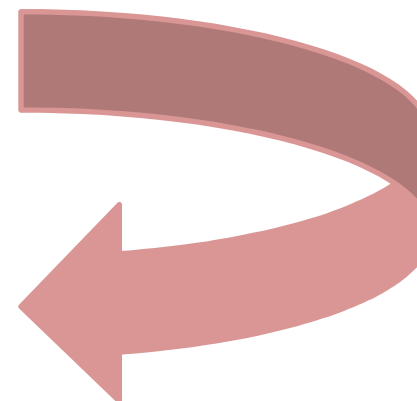


O PAPEL DO MUNICÍPIO COMO AUTORIDADE AMBIENTAL

Dois principais instrumentos:

- 1) O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS
- 2) os acordos setoriais e termos de compromissos para implantação da logística reversa

LOGÍSTICA REVERSA



Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



A LOGÍSTICA REVERSA

- ✓ Responsabilidade pós-consumo;
- ✓ Princípio do poluidor-pagador;
- ✓ Responsabilidade compartilhada;
- ✓ Instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ✓ Internalização das externalidades negativas, atualmente custeadas pelos Municípios responsáveis pela coleta seletiva e pela sociedade



SUBSÍDIO ESTATAL INJUSTO

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



A LOGÍSTICA REVERSA NA LEGISLAÇÃO

Lei 12.305/10 – LNRS

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

(...)

XII - **logística reversa**: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



Lei 12.305/10 – LNRS

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

(...)

XVII - **responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos**: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



Lei 12.305/10 – LNRS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

(...)

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



Lei 12.305/10 – LNRS

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, **de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos**, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



Lei 12.305/10 – LNRS

Art. 33. (...)

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no **caput** serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. (...)

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



Lei 12.305/10 – LNRS

Art. 33. (...)

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

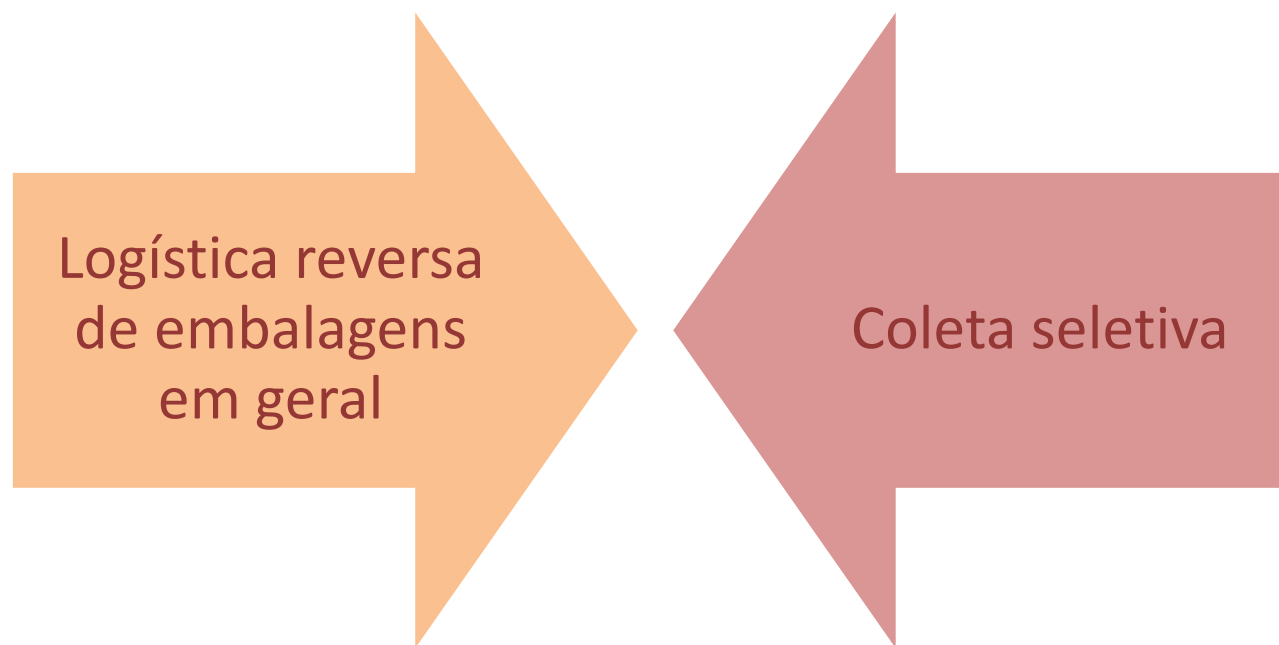
Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Prefeitura do Município
de Itanhaém

Apoio



MUNICÍPIO É PROTAGONISTA

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



A REGULAMENTAÇÃO EM NÍVEL FEDERAL

- ✓ Fixa diretrizes e regras gerais;
- ✓ A regulamentação específica deve ser elaborada pelo Município;
- ✓ Conteúdo mínimo do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS): vários aspectos da implementação do sistema de logística reversa (art. 19 Lei nº 12.305/10);
- ✓ 3 partes:
 - 1) Ministério do Meio Ambiente
 - 2) Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes e entidades representativas;
 - 3) Municípios e entidades representativas.

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

(...)

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



A REGULAMENTAÇÃO EM NÍVEL FEDERAL

- ✓ 5/07/2012: Edital de Chamamento para receber, do setor empresarial interessado, Acordo Setorial para a regulamentação da logística reversa de embalagens em geral;
- ✓ Tentativas de articulação e participação dos Municípios e entidades representativas;
- ✓ 8/09/2014: Consulta Pública referente à proposta apresentada pela Coalizão Empresarial, sem a incorporação das sugestões apresentadas pelos Municípios e suas entidades (Portaria nº 326/20).

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



A REGULAMENTAÇÃO EM NÍVEL FEDERAL

- ✓ ***Criação do Fórum das Entidades Municipalistas para a Efetivação da Logística Reversa de Embalagens em Geral, formado pelas seguintes entidades:***
 - (i) Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – **Assemae**;
 - (ii) Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente – **Anama**;
 - (iii) Associação Brasileira de Municípios – **ABM**;
 - (iv) Confederação Nacional dos Municípios – **CNM**;
 - (v) Frente Nacional de Prefeitos – **FNP**;
 - (vi) Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – **Abes**;
 - (vii) Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – **Abrelpe**.

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



A REGULAMENTAÇÃO EM NÍVEL FEDERAL

✓ **O Fórum atuou da seguinte forma:**

- Ofereceu contribuições à Consulta Pública;
- Encaminhou ofício ao MMA com proposta de Decreto regulamentar;
- Solicitou participação em reunião do Comitê Orientador para implantação de Sistemas de Logística Reversa – CORI.

✓ **Proposta do Decreto:**

- Meta física (recolhimento e destinação adequada);
- Meta econômica (monetarização da logística reversa): aplicar percentual de faturamento bruto em certas despesas.

Seminário Regional
LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS
Santos, 21 de maio de 2015

Realização



Apoio



OBRIGADO !

Santos, 21 de maio de 2015.

Wladimir Ant3nio Ribeiro